

CARGO: PROCURADOR

PERÍODO MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL SENGÉS.

Atenção: Leia todas as instruções constantes no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.

1. Seu caderno deve conter 80 (oitenta) questões, com 04 (quatro) alternativas, assim dispostas:

Disciplina	Composição
Língua Portuguesa	1 a 10
Informática Básica	11 a 15
Legislação Municipal	16 a 25
Direito Constitucional	26 a 35
Direito Administrativo	36 a 50
Direito Processual Civil	51 a 60
Direito Tributário	61 a 70
Direito Trabalhista e Previdenciário	71 a 80
Prática Processual	

2. A Prova terá duração de 5h (cinco horas), incluindo preenchimento da Folha de Respostas e elaboração da Peça Prática Processual.
3. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente acompanhado de um fiscal e após 30min (trinta minutos) do início da prova. Para uso do sanitário, deverá solicitar ao Fiscal de Sala e só deverá se levantar após autorização.
4. O candidato só poderá sair da sala em definitivo após 1h (uma hora) do início da prova.
5. Ao deixar a sala definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões restando 1h (uma hora) para o final da prova.
6. Enquanto estiver realizando a Prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares, conforme constante no edital de abertura.
7. Sobre sua carteira deverá permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta, Caderno de Questões, Folha de Respostas e Folha da Versão Definitiva da Peça Processual.
8. Você poderá utilizar seu Caderno de Questões para rascunho.
9. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas definitiva e a Folha da Versão Definitiva da Peça Processual. Confira seus dados e em caso de erro, chame o fiscal. Após conferir, assine nos campos destinados. Em hipótese alguma elas serão substituídas caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esses serão os únicos documentos válidos para correção.
10. Caso algum equipamento eletrônico emita som, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
11. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas com caneta de tinta azul ou preta. Verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
12. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão anuladas.
13. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas, Folha da Versão Definitiva da Peça Processual e Caderno de Questões, se for o caso.
14. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
15. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitos em voz alta ao fiscal.
16. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
17. Aguarde a autorização do Fiscal para iniciar sua Prova.



-----DESTAQUE AQUI-----

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

Língua Portuguesa

Leia o texto para responder as questões.

Resgate no Museu Nacional está parado há um mês por falta de material e mão de obra

Além de atrasar o cronograma para o início das obras de restauro, o tempo perdido aumenta a deterioração das peças. Não há luvas, máscaras, pás e enxadas para a equipe trabalhar no palácio que pegou fogo no ano passado.

O resgate do acervo nos escombros do Museu Nacional está parado há um mês por falta de material. Não há luvas, máscaras, pás, enxadas e carrinhos de mão para a equipe trabalhar no palácio que pegou fogo no ano passado. Também não tem mais caixas e contêineres para armazenar os itens que foram retirados do local. Além da reposição de material, a equipe de resgate precisa de mão de obra para retirar escombros e ter acesso ao acervo científico que ainda está sob o entulho. Enquanto isso não é possível, o Núcleo de Resgate se dedica à organização e aos reparos do que já foi recuperado. A vice coordenadora do grupo, Luciana Carvalho, explica que a paralisação do resgate dentro do museu atrasa o cronograma da reforma:

"Mas é claro que não poder tirar material lá de dentro aflige a gente. Nossa maior pressa é tirar esse material para liberar o palácio para a parte da reforma. Também porque as peças que estão lá dentro sofrem. Quanto mais tempo estão lá, mais riscos sofrem de deteriorar. Há algumas salas que ainda estão com acervo internamente. Então essas salas não podem passar por obra. Isso atrasa um pouco".

O Museu Nacional recebeu verba de emendas parlamentares, do BNDES e da Vale e, atualmente, tem cerca de 120 milhões de reais disponíveis para realizar projetos e obras. Só que esse dinheiro tem destino pré-definido e não pode ser usado na compra do material necessário para continuar o resgate. Outro caminho são as doações recebidas pela Associação Amigos do Museu Nacional. Segundo a última prestação de contas, há 80 mil reais em caixa, mas apenas 25 mil ainda não estão comprometidos. O diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, faz um apelo por mais doações.

"É praticamente impossível dentro do esquema atual que a gente vive, de licitação, fazer isso com celeridade via Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para isso estamos precisando de ajuda. Vamos fazer novas solicitações à Alemanha para ver se podem nos auxiliar. Eles são muito mais rápidos. E também estamos contando com doações na SOS Museu Nacional", disse Kellner.

O vice-reitor da UFRJ, Carlos Frederico Rocha, afirmou que o museu não tem problemas financeiros e que uma licitação foi aberta pra compra do material em falta. Ele promete que o trabalho de resgate será retomado nas próximas semanas, mas não há data definida.

"Não há um problema de falta de recurso nesse momento. Tem alguns probleminhas pequenos porque temos que fazer licitações. Para uma compra pequena, demora um prazo. Mas a gente vai retomar os resgates proximamente", afirmou o vice-reitor.

O projeto da reconstrução deve ser concluído até o início do ano que vem, mas um terço do espaço do Museu Nacional ainda não foi vasculhado pelas equipes de resgate.

Disponível em <http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/276760/resgate-no-museu-nacional-esta-parado-ha-um-mes-po.htm>

- Assinale a alternativa correta.**
 - O Museu Nacional está deteriorado por conta dos anos que o prédio tem de construção, são quase 90 anos de Museu.
 - O Museu foi deteriorado por conta de um incêndio que ocorreu em 2018.
 - O Museu sofreu vários danos por conta de vândalos e marginais que circundam a área do prédio.
 - O que se encontra dentro do Museu Nacional não é de grande relevância, e por isso, a demora no resgate.
- As aspas foram utilizadas no texto para**
 - citar diretamente a fala de algumas pessoas.
 - citar nomes de obras que precisam ser resgatadas no interior do prédio.
 - citar indiretamente a fala de algumas pessoas.
 - parafrasear alguns títulos de obras.
- Análise: “Não há luvas, máscaras, pás e enxadas para a equipe trabalhar” e assinale a alternativa que apresenta a explicação correta para o uso das vírgulas nessa oração.**
 - As vírgulas foram utilizadas para isolar o aposto explicativo.
 - As vírgulas foram utilizadas para sequenciar itens.
 - As vírgulas foram utilizadas para isolar o advérbio.
 - As vírgulas foram utilizadas para isolar o vocativo.
- Análise e assinale a alternativa que apresenta o núcleo do sujeito dessa oração: “Mas a gente vai retomar os resgates proximamente”**
 - Resgastes.
 - Vai.
 - Gente.
 - Mas.
- Análise: “O Museu Nacional recebeu verba de emendas parlamentares” e assinale a classificação dos vocábulos em destaque.**
 - Artigo; substantivo; verbo; preposição.
 - Conjunção; substantivo; verbo; artigo.
 - Artigo; substantivo; verbo; advérbio.
 - Numeral; substantivo; verbo; conjunção.
- A falta de caixas e contêineres acarreta**
 - para contribuir com o atraso da recuperação do Museu.
 - na falta de estrutura para recuperar o Museu.
 - com a falta de lugar adequado para armazenar os itens que estão dentro do Museu.
 - para tornar mais lento o processo de retirada dos itens, já que são necessários esses materiais para garantir a preservação dos itens.
- No primeiro parágrafo, o vocábulo “do que” foi destacado. Releia o primeiro parágrafo e assinale a alternativa correta.**
 - O vocábulo direciona o leitor para se atentar ao que é ainda necessário para que se inicie o processo de restauração do Museu.
 - O vocábulo mostra o que já foi recuperado e o que ainda as equipes necessitam resgatar.
 - O vocábulo menciona todos os itens já recuperados, e o acervo que ainda resta a ser resgatado.
 - O vocábulo retoma o termo “acervo”, para esclarecer o que conseguiram salvar dos escombros.

Legislação Municipal

8. **Assinale a alternativa que apresenta um pronome pessoal do caso reto.**
- a) “O resgate do acervo nos escombros do Museu Nacional está parado”
 - b) “Então essas salas não podem passar por obra.”
 - c) “Eles são muito mais rápidos”
 - d) “a equipe de resgate precisa de mão de obra”
9. **De acordo com Carlos Frederico Rocha, vice-diretor do Museu, o problema é**
- a) a falta de dinheiro para continuar com os reparos.
 - b) a demora das licitações.
 - c) a falta da mão de obra.
 - d) o abandono por parte do Governo.
10. **Análise: “O diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, faz um apelo por mais doações.” E assinale a alternativa que apresente em qual tempo o verbo está conjugado.**
- a) Futuro do Pretérito.
 - b) Presente do Imperativo.
 - c) Presente do Subjuntivo.
 - d) Presente do Indicativo.

Informática Básica

11. **Assinale a alternativa que não representa um programa do Pacote Microsoft Office 2013.**
- a) Microsoft Word.
 - b) Microsoft Abode.
 - c) Microsoft Excel.
 - d) Microsoft Access.
12. **Utilizando o Pacote Microsoft Office 2013, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que representa o comando Ctrl+2 no programa Outlook (Obs.: o sinal de + não faz parte do comando, significa que as teclas devem ser pressionadas simultaneamente).**
- a) Enviar/Receber.
 - b) Responder a todos.
 - c) Encaminhar.
 - d) Acessar o calendário.
13. **Assinale a alternativa que representa um Sistema Operacional.**
- a) Windows.
 - b) Explorer.
 - c) Dropbox.
 - d) Google.
14. **Utilizando o Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que representa o comando para exibir e ocultar a área de trabalho.**
- a) Alt+F8.
 - b) F2.
 - c) Tecla do logotipo do Windows+D.
 - d) Ctrl+Z.
15. **Assinale a alternativa que representa um formato de arquivo de texto.**
- a) .Mp3
 - b) .PDF
 - c) .TextO
 - d) .leaD

16. **Conforme disposto na Lei nº 010/92 de 20/11/92 do Município de Sengés – Estado do Paraná – Da Posse e do Exercício, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- I. **Posse, formalizada somente com a assinatura do empossando, é a aceitação expressa das atribuições, dos deveres e das responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir a coletividade.**
 - II. **A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais quinze dias, a requerimento do interessado, justificada a necessidade.**
 - III. **É de 10 (dez) dias, o prazo para o servidor entrar em exercício, contado da data da posse.**
 - IV. **No ato da posse o servidor apresentará obrigatoriamente declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.**
 - a) Somente uma assertiva está correta.
 - b) Somente duas assertivas estão corretas.
 - c) Somente três assertivas estão corretas.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.
17. **Conforme disposto na Lei nº 010/92 de 20/11/92 do Município de Sengés – Estado do Paraná – Das Férias, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- I. **As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.**
 - II. **O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas, gozará, obrigatoriamente, vinte (20) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional**
 - III. **É facultado ao servidor converter um terço das férias em abono pecuniário, desde que o requeira com, pelo menos trinta dias de antecedência do início.**
 - IV. **O servidor fará jus, anualmente, a trinta dias consecutivos de férias, podendo ser acumuladas até no máximo, dois períodos, no caso de necessidade imperiosa do serviço.**
 - a) Somente uma assertiva está correta.
 - b) Somente duas assertivas estão corretas.
 - c) Somente três assertivas estão corretas.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.

18. **Conforme disposto na Lei nº 010/92 de 20/11/92 do Município de Sengés – Estado do Paraná – Da Licença Especial, assinale a alternativa incorreta.**
- O número de servidores em gozo simultâneo de licença especial não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva Unidade Administrativa do Órgão ou Entidade.
 - Será convertida em pecúnia e repassada à família do servidor falecido, a licença especial vencida e não gozada.
 - Após cada quinquênio de efetivo exercício prestado ao Município de Sengés, o servidor fará jus a seis (06) meses de licença especial, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo.
 - A concessão de licença especial dar-se-á à vista de comprovação do tempo de serviço público prestado pelo servidor que, quando parcelada, não seja inferior a um mês.
19. **Conforme disposto na Lei nº 010/92 de 20/11/92 do Município de Sengés – Estado do Paraná – Da Licença à Maternidade, à Paternidade e à Adotante, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- A servidora que adotar ou tiver concedida guarda judicial para fins de adoção será concedida licença de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver de 07 (sete) meses incompletos a 02 (dois) anos.
 - Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença paternidade de 04 (quatro) dias consecutivos.
 - Para amamentar o próprio filho até a idade de 06 (seis) meses, a servidora lactante terá, durante a jornada de trabalho, 02 (duas) horas de descanso, que será parcelada em 02 (dois) períodos de 01 (uma) hora.
 - A servidora que adotar ou tiver concedida guarda judicial para fins de adoção será concedida licença de 120 (cento e vinte) dias se a criança tiver de 03 (três) anos incompletos a 06 (seis) anos.
- Somente uma assertiva está incorreta.
 - Somente duas assertivas estão incorretas.
 - Somente três assertivas estão incorretas.
 - Todas as assertivas estão incorretas.
20. **Conforme disposto na Emenda nº 01/2003 – Lei Orgânica do Município de Sengés – Estado do Paraná – Da Organização dos Poderes, assinale a alternativa incorreta.**
- São Poderes do Município, dependentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.
 - O exercício prevalente das funções do Legislativo e do Executivo não impede os atos de colaboração e a prática de atos compreendidos em uma e outra função, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.
 - É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições; quem estiver investido na função de um deles não pode exercer a de outro.
 - Têm os Poderes do Município as seguintes funções, que são exercidas prevalentemente; I- Pelo Legislativo, as funções legislativas, de fiscalização e controle. II- Pelo Executivo, as funções executivas, compreendidas as de governo e de administração.
21. **Conforme disposto na Emenda nº 01/2003 – Lei Orgânica do Município de Sengés – Estado do Paraná – Do Presidente, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- Compete ao Presidente da Câmara Municipal baixar as resoluções e decretos legislativos aprovados pela Câmara Municipal.
 - Compete ao Presidente da Câmara Municipal promulgar as leis não sancionadas ou não promulgadas pelo Prefeito.
 - Compete ao Presidente da Câmara Municipal elaborar ou expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário, por anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias.
 - Compete ao Presidente da Câmara Municipal representar a Câmara Municipal em juízo ou fora dele.
- Somente uma assertiva está correta.
 - Somente duas assertivas estão corretas.
 - Somente três assertivas estão corretas.
 - Todas as assertivas estão corretas.
22. **Conforme disposto na Emenda nº 01/2003 – Lei Orgânica do Município de Sengés – Estado do Paraná – Das Atribuições do Prefeito, assinale a alternativa incorreta.**
- Ao Prefeito compete prestar à Câmara Municipal, dentro de quinze dias úteis, as informações solicitadas.
 - Ao Prefeito compete prestar contas, anualmente, à Câmara Municipal, até noventa dias após o encerramento do exercício.
 - Ao Prefeito compete convocar extraordinariamente a Câmara Municipal para deliberar sobre matéria de interesse público relevante e urgente.
 - Ao Prefeito compete alienar bens imóveis, mediante prévia e expressa autorização da Câmara Municipal.
23. **Conforme disposto na Emenda nº 01/2003 – Lei Orgânica do Município de Sengés – Estado do Paraná – Da Política Urbana, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- É obrigatório ao Município, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.
 - A propriedade urbana cumpre a função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.
 - A política de desenvolvimento urbano, conforme diretrizes fixadas no Plano Diretor, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
 - A política de desenvolvimento urbano visa a assegurar a utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias.
- Somente uma assertiva está correta.
 - Somente duas assertivas estão corretas.
 - Somente três assertivas estão corretas.
 - Todas as assertivas estão corretas.

24. **Conforme disposto na Lei nº 22/2000 – Código Tributário do Município de Sengés – Estado do Paraná – Da Taxa de Coleta de Lixo, assinale a alternativa incorreta.**
- O sujeito ativo será o Estado do Paraná, credor da taxa de coleta de lixo.
 - Será cobrada uma taxa, pela prestação do serviço público de coleta e destinação do lixo urbano domiciliar, comercial, industrial, hospitalar ou especial.
 - O sujeito passivo será o contribuinte, proprietário ou titular do domínio útil, ou possuidor a qualquer título do imóvel alcançado ou beneficiado pelo serviço público prestado.
 - O lançamento da taxa de coleta de lixo será de ofício, e anual.
25. **Conforme disposto no Código Tributário do Município de Sengés – Estado do Paraná – Do Pagamento, assinale a alternativa incorreta.**
- Deverá ser exigido, que os cheques entregues para pagamento de créditos tributários sejam previamente visados pelos respectivos estabelecimentos bancários contra os quais forem emitidos.
 - O pagamento de um crédito tributário importa em presunção de pagamento quando parcial, das prestações em que se decompõe.
 - O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo Município.
 - O regulamento fixará as formas e os prazos para pagamento dos tributos de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração à sua legislação tributária.

Direito Constitucional

26. **Conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Da Educação, da Cultura e do Desporto, assinale a alternativa incorreta.**
- Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que comprovem finalidade lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.
 - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.
 - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.
 - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
27. **Conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Da Ciência, Tecnologia e Inovação, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.
 - É obrigatório aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a

- entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades.
 - O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.
- Somente uma assertiva está correta.
 - Somente duas assertivas estão corretas.
 - Somente três assertivas estão corretas.
 - Todas as assertivas estão corretas.
28. **Conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Dos Municípios, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
 - É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
 - Compete aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
 - O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado.
- Somente uma assertiva está correta.
 - Somente duas assertivas estão corretas.
 - Somente três assertivas estão corretas.
 - Todas as assertivas estão corretas.
29. **Conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Do Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.**
- Cada Senador será eleito com um suplente.
 - O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de quatro anos.
 - A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, sendo vinte e cinco em cada Estado e no Distrito Federal.
30. **Assinale a alternativa que não corresponde com o processo legislativo.**
- Medidas protetivas.
 - Decretos legislativos.
 - Medidas provisórias.
 - Resoluções.

31. Conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- II. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- III. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- IV. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- a) Somente uma assertiva está correta.
b) Somente duas assertivas estão corretas.
c) Somente três assertivas estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.
32. Conforme disposto na Lei nº 12.016, de 7 de Agosto de 2009 – Lei do Mandado de Segurança, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- II. Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- III. Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- IV. Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
- a) Somente uma assertiva está correta.
b) Somente duas assertivas estão corretas.
c) Somente três assertivas estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.
33. Conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Dos Direitos Políticos, assinale a alternativa incorreta.
- a) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor após 45 (quarenta e cinco dias) da sua publicação.
b) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
c) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de setenta anos.
d) É condição de elegibilidade, na forma da lei a idade mínima de trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
34. Conforme disposto na Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 – Lei da Transparência, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.
- II. É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- III. É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- IV. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
- a) Somente uma assertiva está correta.
b) Somente duas assertivas estão corretas.
c) Somente três assertivas estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.
35. Conforme disposto na Lei nº 4.717, de 29 de Junho de 1965 – Lei da Ação Popular, assinale a alternativa incorreta.
- a) A sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, deverá ser proferida dentro de 15 (quinze) dias do recebimento dos autos pelo juiz.
b) É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
c) Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.
d) O ministério público será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

Direito Administrativo

36. Sobre os atos administrativos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- Os atos anulados operam efeitos “ex nunc”.
 - Os atos revogados operam efeitos “ex tunc”.
 - Revogação - Um ato é nulo quando afronta a lei, quando foi produzido com alguma ilegalidade. Pode ser declarada pela própria Administração Pública, no exercício de sua autotutela, ou pelo Judiciário.
 - Anulação - Revogação é a forma de desfazer um ato válido, legítimo, mas que não é mais conveniente, útil ou oportuno.
 - Somente uma assertiva está incorreta.
 - Somente duas assertivas estão incorretas.
 - Somente três assertivas estão incorretas.
 - Todas as assertivas estão incorretas.
37. Sobre os direitos e deveres dos administrados, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- É dever do administrado prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
 - É dever do administrado expor os fatos conforme a verdade.
 - É dever do administrado proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
 - O administrado além de outros direitos garantidos tem direitos a formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
 - O administrado além de outros direitos garantidos tem direitos a ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
 - O administrado além de outros direitos garantidos tem direitos a ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
 - Todas as assertivas estão corretas.
 - Somente cinco assertivas estão corretas.
 - Somente quatro assertivas estão corretas.
 - Somente três assertivas estão corretas.
38. Conforme disposto no Decreto-Lei nº 201, de 27 de Fevereiro de 1967, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento da Câmara dos Vereadores, apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio.
 - São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento da Câmara dos Vereadores, utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos.
 - São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento da Câmara dos Vereadores, empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam.
 - São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento da Câmara dos Vereadores, deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos.
 - Somente três assertivas estão incorretas.
 - Somente duas assertivas estão incorretas.
 - Todas as assertivas estão incorretas.
 - Somente uma assertiva está incorreta.
39. Conforme disposto no Decreto-Lei nº 201, de 27 de Fevereiro de 1967, analise as assertivas e assinale alternativa correta.
- É infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato, desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.
 - É infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato, descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
 - É infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato, ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal.
 - É infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato, deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal.
 - Somente três assertivas estão incorretas.
 - Somente duas assertivas estão incorretas.
 - Todas as assertivas estão incorretas.
 - Somente uma assertiva está incorreta.
40. Conforme disposto no Decreto-Lei nº 201, de 27 de Fevereiro de 1967, assinale a alternativa incorreta.
- Extingue-se o mandato de Prefeito, e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei.
 - Extingue-se o mandato de Prefeito, e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos, ou condenação por crime funcional ou eleitoral.
 - Extingue-se o mandato de Prefeito, e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.
 - Extingue-se o mandato de Prefeito, e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando incidir nos impedimentos para o exercício do cargo, estabelecidos em lei, e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo que a lei ou a Câmara fixar.

41. **Conforme disposto na Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992 – Dos Atos de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa incorreta.**
- Constitui ato de improbidade administrativa retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
 - Constitui ato de improbidade administrativa praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
 - Constitui ato de improbidade administrativa transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde com a prévia celebração de contrato.
 - Constitui ato de improbidade administrativa deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
42. **Conforme disposto na Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992 – Da Declaração de Bens, assinale a alternativa incorreta.**
- O declarante não poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal, mesmo em conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações.
 - Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
 - A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.
 - A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
43. **Assinale a alternativa que não representa uma modalidade de licitação.**
- Tomada de Preços.
 - Tomada de Leilão.
 - Convite.
 - Concurso.
44. **Conforme disposto na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.**
 - Tomada de Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.**
 - Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.**
- IV. **Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.**
- Somente três assertivas estão incorretas.
 - Somente duas assertivas estão incorretas.
 - Todas as assertivas estão incorretas.
 - Somente uma assertiva está incorreta.
45. **Conforme disposto na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 – Dos Registros Cadastrais, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- O registro cadastral deverá ser amplamente divulgado e deverá estar permanentemente aberto aos interessados, obrigando-se a unidade por ele responsável a proceder, com periodicidade mínima anual, por meio da imprensa oficial e de sítio eletrônico oficial, a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.**
 - Obrigatório às unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.**
 - A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências.**
 - Para os fins desta Lei, os órgãos e entidades da Administração Pública que realizem frequentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, na forma regulamentar, válidos por, no máximo, 2 (dois) ano.**
- Somente três assertivas estão incorretas.
 - Somente duas assertivas estão incorretas.
 - Todas as assertivas estão incorretas.
 - Somente uma assertiva está incorreta.
46. **Conforme disposto na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 – Dos Contratos, assinale a alternativa incorreta.**
- A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
 - A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, não desconstituindo os já produzidos.
 - É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
 - Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

47. Sobre os bens públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. São bens públicos os de uso comum do povo tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

II. São bens públicos os de uso especial, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

III. São bens públicos os dominicais tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

IV. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

- a) Somente três assertivas estão incorretas.
- b) Somente duas assertivas estão incorretas.
- c) Todas as assertivas estão incorretas.
- d) Somente uma assertiva está incorreta.

48. Sobre a desapropriação por utilidade pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) Somente os juízes que tiverem garantia de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos poderão conhecer dos processos de desapropriação.
- b) O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo, praticar os atos necessários à sua efetivação.
- c) Poderá o Poder Judiciário, no processo de desapropriação, decidir se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- d) Extingue-se em cinco anos o direito de propor ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público.

49. Sobre a desapropriação por interesse social, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.

II. Considera-se de interesse social a construção de casa populares.

III. Considera-se de interesse social o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico.

IV. Os bens desapropriados serão objeto de venda ou locação, a quem estiver em condições de dar-lhes a destinação social prevista.

- a) Somente uma assertiva está correta.
- b) Somente duas assertivas estão corretas.
- c) Somente três assertivas estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

50. Conforme disposto na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, assinale a alternativa correta.

- a) É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou

Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

- b) É dispensável a licitação para a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada para serviços de publicidade e divulgação.
- c) É dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) É dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Direito Processual Civil

51. Conforme disposto no Código de Processo Civil – Da Petição Inicial, assinale a alternativa correta.

- a) É ilícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- b) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas não serão consideradas incluídas no pedido, dependendo de declaração expressa do autor.
- c) A petição inicial será instruída com os documentos dispensáveis à propositura da ação.
- d) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

52. **Conforme disposto no Código de Processo Civil – Da Citação, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- I. A citação será pessoal, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, do executado ou do interessado.
 - II. Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.
 - III. Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar, em qualquer delas, citações, intimações, notificações, penhoras e quaisquer outros atos executivos.
 - IV. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, desobriga o escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento.
 - a) Somente uma assertiva está correta.
 - b) Somente duas assertivas estão corretas.
 - c) Somente três assertivas estão corretas.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.
53. **Conforme disposto no Código de Processo Civil – Da Contestação, assinale a alternativa incorreta.**
- a) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.
 - b) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 10 (dez) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
 - c) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
 - d) Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.
54. **Conforme disposto no Código de Processo Civil – Da Audiência de Instrução e Julgamento, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- I. A audiência será pública, ressalvadas as exceções legais.
 - II. Havendo antecipação ou adiamento da audiência, o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinará a intimação dos advogados ou da sociedade de advogados para ciência da nova designação.
 - III. A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes.
 - IV. Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.
 - a) Somente uma assertiva está correta.
 - b) Somente duas assertivas estão corretas.
 - c) Somente três assertivas estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
55. **Conforme disposto no Código de Processo Civil – Dos Prazos, assinale a alternativa incorreta.**
- a) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, dependendo de requerimento.
 - b) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
 - c) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.
 - d) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
56. **Conforme disposto no Código de Processo Civil – Do Ministério Público, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- I. O Ministério Público exercerá o direito de ação em conformidade com suas atribuições constitucionais.
 - II. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
 - III. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.
 - IV. O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
 - a) Somente uma assertiva está correta.
 - b) Somente duas assertivas estão corretas.
 - c) Somente três assertivas estão corretas.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.
57. **Conforme disposto no Código de Processo Civil – Da Advocacia Pública, assinale a alternativa incorreta.**
- a) A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
 - b) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.
 - c) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
 - d) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em triplo para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

58. Conforme disposto no Código de Processo Civil – Da Sentença e da Coisa Julgada, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.
- II. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.
- III. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- IV. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.
- a) Somente uma assertiva está correta.
b) Somente duas assertivas estão corretas.
c) Somente três assertivas estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

59. Conforme disposto no Código de Processo Civil – Dos Recursos, assinale a alternativa incorreta.

- a) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- b) Se, durante o prazo para a interposição do recurso, sobrevier o falecimento da parte ou de seu advogado ou ocorrer motivo de força maior que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.
- c) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada no que tiver sido objeto de recurso.
- d) Certificado o trânsito em julgado, com menção expressa da data de sua ocorrência, o escrivão ou o chefe de secretaria, independentemente de despacho, providenciará a baixa dos autos ao juízo de origem, no prazo de 5 (cinco) dias.

60. Conforme disposto no Código de Processo Civil – Dos Embargos de Declaração, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento.
- II. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo.
- III. Não serão admitidos novos embargos de declaração se os 2 (dois) anteriores houverem sido considerados protelatórios.
- IV. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.
- a) Somente uma assertiva está correta.
b) Somente duas assertivas estão corretas.
c) Somente três assertivas estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

61. Conforme disposto na Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- II. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- III. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- IV. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
b) Somente três assertivas estão corretas.
c) Somente duas assertivas estão corretas.
d) Somente uma assertiva está correta.

62. Conforme disposto no Código Tributário Nacional – Competência Tributária, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
- b) O não-exercício da competência tributária defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- c) A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
- d) A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei.

63. Conforme disposto no Código Tributário Nacional – Competência Tributária, assinale a alternativa incorreta.

- a) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.
- b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre instituições de educação com fins lucrativos.
- d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

64. Conforme disposto no Código Tributário Nacional – Taxas, assinale a alternativa incorreta.

- a) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- b) Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, aquelas que, segundo a Constituição Federal, as Constituições dos Estados, as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e a legislação com elas compatível, competem a cada uma dessas pessoas de direito público.
- c) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- d) A taxa deve ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto e ser calculada em função do capital das empresas.

65. Conforme disposto no Código Tributário Nacional – Contribuição de Melhoria, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. A lei relativa à contribuição de melhoria observará fixação de prazo não inferior a 15 (quinze) dias, para impugnação do orçamento do custo da obra, pelos interessados.
 - II. Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.
 - III. A lei relativa à contribuição de melhoria observará a determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.
 - IV. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- a) Todas as assertivas estão incorretas.
 - b) Somente três assertivas estão incorretas.
 - c) Somente duas assertivas estão incorretas.
 - d) Somente uma assertiva está incorreta.

66. Conforme disposto no Código Tributário Nacional – Normas Complementares, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. É norma complementar das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- II. É norma complementar das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos as práticas reiteradamente observadas pelo poder judiciário.
- III. É norma complementar das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos as decisões

dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.

IV. É norma complementar das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos os atos normativos expedidos pelo poder judiciário.

- a) Todas as assertivas estão incorretas.
- b) Somente três assertivas estão incorretas.
- c) Somente duas assertivas estão incorretas.
- d) Somente uma assertiva está incorreta.

67. Conforme disposto no Código Tributário Nacional – Obrigação Tributária, assinale a alternativa incorreta.

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) A obrigação acessória, com a sua inobservância, converte-se em obrigação principal, após requerimento da autoridade de judiciária.
- c) A obrigação tributária é principal ou acessória.
- d) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

68. Conforme disposto no Código Tributário Nacional – Obrigação Tributária, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais.
 - II. A capacidade tributária passiva depende de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
 - III. A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
 - IV. Sujeito passivo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- a) Somente uma assertiva está correta.
 - b) Somente três assertivas estão corretas.
 - c) Somente duas assertivas estão corretas.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.

69. Conforme disposto no Código Tributário Nacional – Constituição de Crédito Tributário, assinale a alternativa incorreta.

- a) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- b) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
- c) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- d) Compete privativamente ao judiciário constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

70. Conforme disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. É exigência para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias a comprovação, por parte do beneficiário, de que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.**
- II. Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.**
- III. É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.**
- IV. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.**
 - a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Somente três assertivas estão corretas.
 - c) Somente duas assertivas estão corretas.
 - d) Somente uma assertiva está correta.

II. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos

III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o fundo de garantia do tempo de serviço.

IV. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

V. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

VI. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente três assertivas estão corretas.
- c) Somente quatro assertivas estão corretas.
- d) Somente cinco assertivas estão corretas.

72. Conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – Da Remuneração, assinale a alternativa incorreta.

- a) Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.
- b) Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados.
- c) Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.
- d) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, com exceção as gorjetas que receber.

Direito Trabalhista e Previdenciário

71. Conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.**

- 73. Conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – Do Aviso Prévio, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- I. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de trinta dias aos que perceberem por quinzena ou mês, ou que tenham mais de 12 (doze) meses de serviço na empresa.
 - II. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de dez dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior.
 - III. A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.
 - IV. O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.
 - V. O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato, sujeita-se ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso, sem prejuízo da indenização que for devida.
 - VI. Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração.
 - a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Somente três assertivas estão corretas.
 - c) Somente quatro assertivas estão corretas.
 - d) Somente cinco assertivas estão corretas.
- 74. Conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – Convenções Coletivas de Trabalho, assinale a alternativa correta.**
- a) Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
 - b) Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos banco de horas anual.
 - c) Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos valor nominal do décimo terceiro salário.
 - d) Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos regulamento empresarial.
- 75. Conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – Das Partes e dos Procuradores, assinale a alternativa correta.**
- a) A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.
 - b) Os empregados e os empregadores deverão estar obrigatoriamente representados por advogados para reclamar perante a Justiça do Trabalho.
 - c) São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
 - d) Nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
- 76. Assinale a alternativa que não representa um recurso trabalhista.**
- a) Embargos.
 - b) Recurso de revista.
 - c) Recurso de apelação.
 - d) Agravo.
- 77. Conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – Recurso Ordinário, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- I. Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias.
 - II. Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.
 - III. Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
 - IV. Cabe recurso ordinário para a instância superior quando sentenças proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
 - a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Somente três assertivas estão corretas.
 - c) Somente duas assertivas estão corretas.
 - d) Somente uma assertiva está correta.
- 78. Conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Da Seguridade Social, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- I. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base diversidade da base de financiamento.
 - II. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
 - III. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base equidade na forma de participação no custeio.
 - IV. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base universalidade da cobertura e do atendimento.
 - a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Somente três assertivas estão corretas.
 - c) Somente quatro assertivas estão corretas.
 - d) Somente cinco assertivas estão corretas.

79. Sobre o Regime de Previdência no Serviço Público, assinale a alternativa incorreta.

- a) A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
- b) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os critérios financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes.
- c) O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem.
- d) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observada a realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

80. Sobre o financiamento da Previdência Social, assinale a alternativa que não constitui contribuições sociais.

- a) Empresas, incidentes sobre faturamento e lucro.
- b) Trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição.
- c) Empregadores Domésticos.
- d) Empresas Públicas Municipais, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço.

INSTRUÇÕES PARA A PRÁTICA PROCESSUAL

Conforme Edital de Abertura:

- 12.1 Haverá Prova Prática Processual para todos os candidatos inscritos, que será realizada no mesmo dia e tempo da Prova Objetiva.
- 12.1.1 Serão corrigidas as Provas Prática Processual somente dos candidatos aprovados na Prova Objetiva, ou seja, que atingirem 50,00 (cinquenta) pontos ou mais.
- 12.2 A correção da Prova Prática Processual será realizada por Banca Examinadora e terá pontuação máxima de 100,00 (cem) pontos, sendo que o candidato deve atingir no mínimo 50,00 (cinquenta) pontos para ser considerado aprovado.
- 12.3 A Prova Prática Processual, cujo conteúdo será o constante nos Conhecimentos Específicos (**Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Processual Civil, Direito Previdenciário**), consistirá na elaboração de 01 (uma) peça processual.
- 12.4 Serão avaliados os itens conforme **Quadro a seguir**:

PROVA PRÁTICA PROCESSUAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	40,00
2	Sistematização lógica	20,00
3	Nível de persuasão	20,00
4	Adequada utilização do vernáculo	20,00

- 12.5 A Prova Prática Processual deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que solicitou e teve deferido o pedido de atendimento especial para a realização das provas.
- 12.5.1 Nenhuma das folhas de texto definitivas da Prova Prática Processual poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.
- 12.5.2 Caso a peça processual ou o parecer exija assinatura, o candidato deverá utilizar apenas o termo “Procurador”. Ao texto que contenha outra assinatura será atribuída nota 0,00 (zero) por tratar-se de identificação do candidato em local indevido.
- 12.5.3 A VERSÃO DEFINITIVA será o único documento válido para a avaliação da Prova Prática Processual. O rascunho será de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da Prova Prática Processual.
- 12.5.4 O candidato disporá de, no máximo, 120 (cento e vinte) linhas para elaborar a peça processual ou o parecer. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida para elaboração.
- 12.5.5 A omissão de dados legalmente exigidos ou necessários para a correta solução da questão acarretará em descontos na pontuação atribuída ao candidato nesta fase.
- 12.5.6 O material de uso permitido na Prova Prática Processual será fornecido pelo Instituto UniFil, além dos permitidos no item 12.6.
- 12.6 Durante a realização da Prova Prática Processual será permitido o uso de diplomas normativos (Códigos) tipo VADE- MÉCUM, desde que desacompanhados de anotações, comentários, exposição de motivos, transcrições e orientações jurisprudenciais, índices estruturando roteiros de peças processuais, súmulas ou resoluções dos tribunais. Instruções Normativas; Legislação não comentada.
- 12.6.1 Devendo os candidatos levarem os textos de consulta com as partes não permitidas já isoladas por grampo ou fita adesiva, de modo a impedir sua utilização, sob pena de não poder consultá-los. Os Códigos que serão utilizados pelos candidatos serão verificados pelos fiscais antes da realização da prova.
- 12.6.2 É de responsabilidade do candidato levar o VADE-MÉCUM no dia da prova, não sendo permitido se ausentar para busca-lo.
- 12.6.3 Não será permitido, Códigos comentados, Jurisprudências, Anotações pessoais, Cópias reprográficas (xerox), impressos das internet, informativos de tribunais, dicionários ou qualquer material de consulta.
- 12.7 O candidato terá sua Prova Prática Processual avaliada com nota 0,00 (zero) em caso de:
- a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
 - b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
 - c) redigir seu texto a lápis ou a tinta de cor diferente de azul ou preta;
 - d) não apresentar a peça processual ou o parecer redigido na VERSÃO DEFINITIVA ou entregá-la em branco;
 - e) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinal(is), desenho(s) ou código(s)).
- 12.8 O candidato terá direito de solicitar o espelho da sua Versão Definitiva na fase de recursos do Resultado Preliminar da mesma.
- 12.8.1 O candidato só poderá levar consigo o rascunho da Peça Processual restando 1h (uma hora) para o final da prova.
- 12.9 A nota da Prova Prática Processual será somada com a nota da Prova Objetiva para nota final do candidato.

